

GLOBALIZAÇÃO

1. Um conceito tão multivocal e tão contestado como o de globalização não é facilmente passível de abordagens unívocas. No que se segue, “globalização” é um termo encarado como fazendo alusão ao resultado cumulativo do conjunto de transformações, mais ou menos globais, que convergem para a promoção de múltiplas interconexões internacionais: uma progressão que parece ser crescente e estar em aceleração constante.

Vistas as coisas deste ângulo, ao conceito de globalização não são indiferentes vários outros, designadamente o de ordem internacional e, no âmbito deste, os de formas emergentes de poder e governação. Trata-se dos enquadramentos em que parece ser útil suscitar (ou pelo menos equacionar) perguntas de fundo relativas a eventuais lógicas evolucionárias que caracterizariam os processos de integração global a que assistimos, *telos* emergentes que se iriam tornando manifestos, clivagens múltiplas (sejam elas culturais, económicas, ou políticas) que nos afligem, ou os variadíssimos reordenamentos-reconfigurações que estão em curso nos mais diversos domínios. E este é, decerto, o quadro em que tanto as perguntas quanto as respostas a estas questões se revelam mais interessantes. Não é árduo mapear, ainda que tão somente a traço grosso, a dispersão de posturas analíticas que têm sido alinhavadas, a partir de vários quadrantes, quanto à caracterização e ao devir dos processos de transformação global em curso. Sem pretender que esta arrumação faça plena justiça à totalidade das posições enunciadas, é útil para o efeito recapitular a tripartição proposta por D. Held, A. McGrew, D. Goldblatt e J. Perraton: em termos de conceptualização, da lógica causal invocada, das consequências sócio-económicas, das implicações políticas e das respectivas trajectórias históricas, os debates sobre a globalização por norma contrapõem uns aos outros “hiperglobalistas”, “cépticos” e “transformacionalistas”. A um ou outro título, os analistas do primeiro grupo acreditam que estamos hoje a assistir à sedimentação de uma idade global, perante o despontar de um capitalismo, de formas de governação e de uma sociedade civil que erodem as fundações dos Estados e governos nacionais, e colocam as velhas hierarquias em declínio, desencadeando, em última instância, uma reordenação da acção humana no quadro de uma nova civilização global à escala planetária.

Para os cépticos, pelo contrário, aquilo que se pressentiria no Mundo contemporâneo seria antes a formação e consolidação de blocos comerciais, num Mundo menos interdependente e sujeito a formas mais ténues de governação colectiva do que antes, dado o crescente protagonismo, activo ou passivo, de Estados

cada vez mais aptos a defender os seus interesses nacionais estreitos em conluio com mercados cada vez mais internacionais, mas sempre por eles apoiados e manobrados.

Já os “transformacionalistas” preferem acentuar os níveis cada vez mais complexos, tanto em termos de intensidade como de extensão, das interconexões globais que se têm vindo a implantar, salientando algumas das características mais inovadoras das novas arquitecturas da ordem internacional pós-bipolar e insistindo nos processos paralelos de integração e fragmentação a que temos assistido, bem como nas transformações e na reordenação das relações inter-estatais com a emergência de patamares regionais, nas alterações quantitativas e qualitativas nos poderes dos Estados, na cristalização de novos actores não-estaduais, e nas transformações sensíveis ao nível das comunidades políticas emergentes.

É curioso verificar que esta arrumação de posturas não tem verdadeira correspondência com a arrumação tradicional de posicionamentos político-ideológicos alternativos. Encontram-se cépticos, transformacionalistas e hiperglobalistas, tanto na Esquerda como na Direita “clássicas”. É tentadora a interpretação segundo a qual esta disconexão indiciaria estarmos perante re-estruturações de fundo que, em consequência, não cabem nos formatos heurísticos habituais.

2. Perspectivando as transformações globais como um crescendo de interdependências, detenhamo-nos, então, no enquadramento geral sugerido. Uma caracterização, ainda que módica e sucinta, da ordem internacional pós-bipolar, torna evidente que este é de facto o contexto em que melhor podemos equacionar e destringir os *Leitmotifs* das especificidades dos processos contemporâneos de globalização, bem como os mecanismos que subtendem a dinâmica destes. Efectivamente, a ordem internacional que começou a configurar-se de maneira cada vez mais célere com a implosão do bloco socialista, no início dos anos 90 do século XX, e que resultou no claro predomínio dos modelos políticos e económicos “ocidentais”, constitui, em simultâneo, um pano de fundo e um tabuleiro imprescindíveis para desvendar alguma da lógica que canaliza o desenrolar dos processos de transformação global.

Podemos começar por delinear uma curta análise genérica daquilo que são, decerto, algumas das principais traves mestras da mecânica do sistema internacional moderno pós-bipolar, entre as quais a promoção de múltiplas interconexões globais, um processo marcado pela complexidade e pela multidimensionalidade. Vários pares de forças em tensão, chamemos-lhes assim, subjazem à configuração de relações

segundo a qual reconhecemos neste momento aquilo a que se convencionou chamar a “ordem internacional”. São forças que se degladiam e que, enquanto “campos de forças”, constroem as formas e os blocos aparentes nos palcos mundiais. Chegarão duas ilustrações. Assim temos, por um lado, o binómio propensão centrípeta/reacção centrífuga (famosamente, Benjamin Barber intitulou o par de tendências actuais *Jihad* e *McWorld*), que se manifesta, por exemplo, na competição entre globalização e soberania; a arena de um conflito de fundo com várias frentes, cuja resultante geral, a nível de uma renovada forma dos Estados, não é ainda óbvia. Por outro lado, destacam-se os fossos escavados entre os Estados e diversos novos actores internacionais, e entre antigas e mais recentes formas de poder que lhes dão origem e alento, inovações que, no concreto, redundam em conjunturas de tensão entre velhas alianças e coligações tradicionais e as novas, mais pragmáticas, que defrontam - uma dicotomia complexa, cuja dança se rege pelas minudências de uma coreografia constantemente recriada e que é, por isso, difícil de antever.

As várias forças referidas, obviamente, interagem em profusão. Mais ainda: estes dois grandes pares de oposições (e outros, sem dúvida), cada um deles com uma dinâmica própria intrínseca (porque em desequilíbrio, ou em equilíbrio instável), naturalmente reagem um com o outro. Todas estas tendências, por outras palavras, se potenciam mutuamente. E na sua interacção cambiante, geram configurações arquitectónicas, virtuais e passageiras mas sempre novas, do sistema internacional. Configurações que, muitas vezes, nos agrada (ou nos convém) reificar, naturalizando-as, ou que, pelo menos, sentimos que podemos com utilidade e justificação erigir em paradigmas cognitivos: insistindo, por exemplo, na iminência de um “fim da História”, na generalização de “guerras culturais”, na emergência de clivagens, tão injustas quão insanáveis, entre “Norte” e “Sul”, ou na inevitabilidade de uma ordenação política “cosmopolita” a breve prazo. Essas configurações são, no entanto, melhor encaradas como meras figuras de transição, e redundam em pouco mais do que imagens, ou *flashes*, fugazes. Em boa verdade, não partilhamos ainda um verdadeiro consenso quanto à melhor forma de modelizar, de maneira “estática”, a ordenação internacional saída do fim da bipolarização: falta-nos um paradigma.

É, no entanto, neste quadro dinâmico complexo, que melhor se logra entrever a progressão dos processos de transformação global. Alguns exemplos ilustrá-lo-ão. Sem naturalmente buscar aqui uma qualquer exaustividade, retomemos de maneira sucinta a tensão soberania-globalização. Uma tensão que resulta do simples facto, incontornável, de que cada vez mais as questões sócio-políticas contemporâneas, e as suas eventuais soluções, excedem os âmbitos territoriais circunscritos pelos Estados tradicionais. Vejamo-la primeiro no plano económico-

financeiro. A abertura generalizada de cada vez mais mercados (com ou sem entidades como a OIT), os novos fluxos mercantis viabilizados por sistemas de transporte cada vez mais eficientes, o desenvolvimento de meios de comunicação e informação que redundam numa contracção crescente (passe a antinomia) do espaço (a chamada “abolição da distância”) e do tempo, são factos incontornáveis e traços distintivos da vida moderna. Teorias (mais ou menos mercantilistas) de soberania económica tornam-se, em consequência, cada vez menos convincentes. Mesmo quando são consentidos, os proteccionismos tendem a ter, no Mundo interdependente contemporâneo, cada vez menos pés para andar. O crescimento explosivo desses novos e tão importantes actores internacionais que são as empresas transnacionais aí está, há uma boa quarentena de anos, para o corroborar. Reacções proteccionistas, provindas das mais variadas fontes (da tradicional Esquerda como da Direita e de Estados ricos como de pobres), têm-se naturalmente feito cada vez mais sentir.

O resultante não é assim apenas um descentramento *centrífugo*. Convém também tomar em linha de conta o acelerar mais recente (pós-bipolarização), daquilo a que Francis Fukuyama chamou a “*common marketização*” do Mundo: o congregar de esforços e de protagonismos em blocos económicos multinacionais (por via de regra regionais, dada a consequente redução de custos) como a União Europeia, a MERCOSUR, a NAFTA, a ASEAN, ou o SADC. Ou seja, à deslocação “para cima” (para patamares supra-estatais) dos focos de poder corresponde uma deslocação simétrica, “para baixo” (para planos infra-estatais), dos mesmos. Tudo isto redundando numa constatação fácil: a de que estamos também perante diversas tendências *centrípetas* em operação no sistema. Não se trata, porém, de forças equivalentes. As pressões determinantes no Mundo pós-bipolar parecem ser as centrífugas e ao processo não se vislumbra uma qualquer reversão possível: a lógica sistémica dominante parece exigir cada vez mais e maiores convergências. É por exemplo disso sintomático que, em 1998, quando a crise vitimou em série a Tailândia, a Indonésia, a Coreia do Sul e o Japão, a receita foi expedita e consensual: aquilo que era preciso para resolver o impasse era, no fundo, *mais* integração.

Em paralelo, a nível político (ou no plano político-militar), tal como a nível sócio-cultural, a operação de processos semelhantes e no essencial funcionalmente equivalentes, um pouco por todos os recantos do Mundo, não é difícil de detectar. Não é só a rápida universalização de critérios ético-jurídicos (como a dos Direitos Humanos, ou aquela a que a rápida multiplicação de Tribunais internacionais especiais e, mais recentemente, o Tribunal Penal Internacional, têm dado corpo), nem a ruidosa fragmentação tribal simultânea aquilo que está em jogo. É muito mais

complicado que isso e é no plano mais macro e inclusivo que o jogo dessas forças em tensão se torna mais nítido.

Com o fim da bipolarização e a dissolução dos dois grandes blocos antagónicos, que cautelosamente se entre-olhavam contra um pano de fundo de países ditos não-alinhados, passou-se quase abruptamente a uma nova ordenação, policentrada e multidimensional, dos palcos internacionais. E apesar de num primeiro momento daí ter parecido a muitos analistas resultar um Mundo unipolar, com os Estados Unidos como único *hegemon*, cedo se verificou esse modelo não ser muito satisfatório, quanto mais não seja pela sua excessiva linearidade. Porque, se é indubitável que em termos técnico-militares resultou na nova ordem uma clara hegemonia norte-americana, a nível económico o Novo Mundo viu-se forçado a partilhar essa posição de preponderância com a velha Europa e o novíssimo Japão. Mais grave ainda para esse hipotético modelo unipolar tão do agrado dos neo-realistas: todo um variado universo de entidades transnacionais (de corporações comerciais a instituições financeiras, passando por Mafias e grupos terroristas das mais diversas matizes) constitui um plano suplementar que não olha às fronteiras dos Estados e no qual a hegemonia está ainda mais repartida. Um outro eixo numa ordem compósita. A unipolaridade tem assim de conviver com multipolaridades diversificadas num Mundo cada dia mais complexo.

Confirmar a multidimensionalidade dos cenários internacionais resultante não é laborioso. E o facto não deixa de ter implicações profundas para os processos de transformação global. Por muito convidativa (e política ou retoricamente tentadora) que possa ser a imagem de uma ordem unipolar, fácil é concordar que tal hipótese não tem grande correspondência empírica com o observável. Não é essa, decerto, a evolução das coisas. Longe de se subdividir em Estados avulsos, e de sobreviver com placidez na sombra dos Estados Unidos ou de uma qualquer benevolente *Pax Americana*, o Mundo pós-bipolarização reordenou-se em blocos e coligações de vários tipos e feitios. Uns, como as já referidas ASEAN ou MERCOSUR, mais económicos que políticos. Outros, da União Europeia à SADC, mais político-económicos que militares. Outros ainda, como a NATO ou a UEO, mais político-militares que qualquer outra coisa.

3. As implicações teórico-metodológicas da complexidade e da multidimensionalidade do sistema dinâmico que acabámos de esboçar são interessantes. Poder-se-á, como é óbvio fundamento, argumentar que processos deste tipo vêm de trás; e que resultam tanto de factores “materiais” como de uma

“revolução nas mentalidades”. E, com efeito, esta dupla perspectiva encontra amparo nos factos.

Começamos pelo plano representacional, pelas alterações a que se têm visto sujeitas as conceptualizações “espontâneas”, em cujos termos deciframos as transformações em curso. Passo central no desenvolvimento de um conceito como o de globalização foi, seguramente, a tomada de consciência de que muitos dos processos políticos mais importantes e significativos ocorrem, não no interior dos Estados, mas antes entre eles, e muitas vezes num plano supra-estadual. O passo não foi dado *ex nihilo*: a compreensão que tem emergido quanto a tais processos tem antecedentes históricos concretos e fundamentos conceptuais particulares. Um enorme adensamento de fluxos comerciais, uma intrincação cada vez maior dos investimentos estrangeiros directos e indirectos, migrações policentradas e multidireccionais cuja intensidade disparou, e uma explosão comunicacional sem precedentes, têm dado corpo a interligações internacionais crescentes. O primeiro grande surto da globalização contemporânea, a da segunda metade do século XIX e de inícios do XX, esteve associado à Revolução Industrial, à sedimentação de formas cada vez mais estilizadas “modernas” do Estado, aos motores a vapor e às linhas telegráficas, para dar apenas alguns exemplos. No segundo surto, o da segunda metade do século XX, acentuado, entre 1989 e 1991, após a Queda do Muro de Berlim e a implosão da URSS, inovações tecnológicas que vão da aviação aos satélites, de tramas intercontinentais de todo o tipo a telefones celulares tão deslocalizados quão portáteis, ao descentramento característico da Internet, ajudam-nos a compor uma nova imagem de um Mundo mudado.

Para retomar, de um outro ângulo, algo que atrás foi dito: ao nível representacional, talvez o aspecto macro mais significativo destas transformações seja o conjunto de implicações que elas soletram quanto a mudanças como aquelas que temos vindo a testemunhar na ordem internacional. Parte da novidade é a ascensão ao palco de novos actores que não os Estados, e a tomada de consciência dela: alterou-se assim uma ordenação das coisas políticas e da nossa percepção geral dela, que radicava nos quadros nocionais esboçados na veneranda Paz de Westphalia que, em 1648, pôs cobro à interminável Guerra dos Trinta Anos. Substituiu-se-lhe, pelo menos parcialmente, uma perspectivação complexa e multidimensionada do Mundo que, como veremos, num dos seus planos se torna mais compreensível quando conceptualizada como sendo essencialmente, na expressão feliz de Hedley Bull, “neo-medieval” (no sentido em que tem a textura de um conjunto de feixes policentrados de nexos de lealdades e pertenças, de dependências e subordinações múltiplas).

As configurações gerais das mudanças não são, no entanto, nem amorfas nem homogêneas. A par disto e ainda no plano macro tem-se tornado óbvio, mesmo face ao mais ligeiro dos escrutínios, que os padrões históricos empíricos de conexões e interdependências globais são caracterizáveis por enormes avanços pontuados pelos não menores recuos que ostentam. E é por demais evidente que os ritmos da globalização têm tido expressões muito variáveis, tanto a nível geográfico como temporal, como ainda no que toca aos âmbitos particulares em que se tem feito sentir. Há a acrescentar a isto a constatação de que a intensificação e a acumulação de conexões entre regiões do Mundo e domínios de actividade não tem ocorrido como um processo único, mas tem antes resultado da potenciação recíproca de diferentes tipos de transformações: de uma extensão das actividades sociais, económicas e políticas para além das fronteiras e regiões “tradicionais”; ou seja, anda associada a uma intensificação das nossas mútuas interdependências, na precisa medida em que se adensam fluxos de comércio, investimento, finanças, pessoas e ideias; de uma contracção do tempo, em consequência de novos meios de transporte e comunicações que permitem que ideias, bens, capitais, informação e gente circulem mais e mais depressa; e de uma simultânea contracção do espaço, com a agudização dos impactos de acontecimentos antes distantes e localizados que passaram a poder ter fortes consequências no plano global, esbatendo-se assim a clareza da distinção “clássica”, que nos habituámos a operar, entre matérias “domésticas” e questões mais amplas.

Mutações tão profundas como estas naturalmente reagem, por sua vez, sobre o sistema que lhes deu origem. São difíceis de exagerar as potenciais dissonâncias cognitivas que tais mudanças soletram ao nível das representações com que, enquanto actores sociais, defrontamos o Mundo. Um só exemplo bastará. Para aqueles que viveram durante o longo período “pré-moderno”, os mapas políticos dos geógrafos modernos seriam incompreensíveis: não só porque largas fatias do Mundo se não encontravam ainda acessíveis, mas porque o exercício do poder político pura e simplesmente não era concebível segundo limites enxutos e fronteiras lineares, ou como um acto, ou um facto, discreto e não-sobreponível. Não é certo, de igual modo, que os mapas contemporâneos representem só mal o passado: são decerto, também, más representações metafóricas das formas políticas que o futuro nos reserva. O Mundo pós-wesphaliano de Estados centralizou o poder na Europa, criou estruturas estaduais e levou à emergência de umas tantas relações de ordem entre estas entidades. Nalguns Estados, formas políticas democráticas foram desenvolvidas; noutros, a criação de formas mais ou menos imperiais recusou-lhes esse nível de

responsabilização pública. Grosso modo, estabeleceu-se no entanto uma relação estreita entre geografia e poder político (uma ligação hoje em esbatimento rápido).

Tal como têm vindo a insistir autores tão díspares como R. Keohane, J. Nye, D. Held, A. Linklater, ou A. Giddens, novas formas de poder e comunidades políticas de novos tipos estão seguramente a emergir. Nem sempre os imprescindíveis mecanismos de regulação política têm sabido acompanhar esses desenvolvimentos mas, ainda que com um doloroso desfasamento, formas inovadoras de governação, porventura melhor concebidas como uma série de camadas sobrepostas umas às outras, têm vindo a afirmar-se. Muitos dos novos dispositivos de regulação são os que poderíamos prever, desde entidades intergovernamentais a outras, de natureza supra ou transnacional. Numerosos destes são privados, ou “não-governamentais”. Algumas das coordenadas destas novas formas de governação têm, no entanto, sido contra-intuitivas, já que em vez de excluírem os Estados, como supuseram muitos analistas, se baseiam neles: longe de desaparecerem, os Estados (num sistema internacional em que o seu número virtualmente triplicou, numa geração, com a onda de descolonizações em série que ocorreu entre os anos 50 e 70 do século XX) reforçaram os seus poderes económicos, militares, político-administrativos, e até culturais; mas têm vindo a ter de conviver com poderes alternativos, com focos e fontes diversas, que neles e entre si se articulam.

Infeliz mas compreensivelmente, não dispomos ainda dos instrumentos analíticos adequados que nos permitam começar a saber dar conta destas novas realidades emergentes.

4. Deixando agora o plano representacional e focando a mecânica histórico-sociológica concreta destes vários processos convergentes (seguramente as forças motoras mais eficazes que estão por trás dos processos de globalização), notamos que esta é bastante transparente quanto ao regime de funcionamento dos mesmos; por outras palavras, a base de sustentação “material” destes processos é fácil de compreender.

Esta outra história é longa. Em boa verdade, as alterações que vieram a desencadear este estado de coisas tiveram a sua génese há muito. A partir dos séculos XV e XVI, os europeus abriram o Mundo penetrando e ocupando as Américas, a África, partes da Ásia e a Oceânia. A partir de meados-finais do século XIX, esta abertura tornou-se numa expansão muito rápida: entre 1880 e a década do início da Primeira Grande Guerra, 30 milhões de emigrantes europeus distribuíram-se pelos outros Continentes. Depois de uma paragem devida a múltiplos factores, de entre os

quais avultam as reacções ao que foi muitas vezes concebido como constituindo uma ameaça, os processos tornaram a acelerar de 1945 em diante.

E fizeram-no a passos largos. A partir dos anos 50 e 60 do século XX, milhões de imigrantes, oriundos sobretudo das regiões menos desenvolvidas do Mundo, fluíram para as sociedades mais ricas de um Norte da Europa e franca retoma depois da devastação dos anos 40, para a América do Norte e para a Oceânia, ambas com taxas de crescimento que pareciam imparáveis. Uma catadupa migratória cujo fluxo não sobreviveu intacto às medidas de contenção assumidas depois de uma crise do petróleo que, nos dolorosos anos 70, assolou as economias ocidentais. Uma recuperação não se fez, todavia, esperar. Durante os anos 90, com o reatar “neo-liberal” do crescimento económico, mais de 1 milhão de imigrantes por ano se instalaram nos EUA, na sua maioria asiáticos e centro e sul-americanos. As taxas de crescimento dessa implantação de populações nos países mais ricos da Oceânia e do Norte da Europa foi semelhante.

Por outro lado, e com avanços e recuos sincronizados com estas oscilações, sobrevieram reacções proteccionistas cíclicas ao acelerar das parciais aberturas económicas e financeiras que a reconstrução do pós-Guerra numa primeira fase re-incentivara. Ao nível político, na Europa como na América do Norte ou na Oceânia, movimentos de relativa clausura nacionalista seguiram-se-lhes, com uma periodicidade aparentemente bem coordenada com os vai-vens verificados nesses outros âmbitos. Tal como acontecera nos primeiros decénios do século, aos processos cada vez mais intensos de abertura e inter-conexões internacionais, perfilaram-se contra-respostas cada vez mais veementes.

Alterações estruturais profundas como as advenientes da quebra da ordem bipolar não podiam, naturalmente, deixar de induzir sequências de conjunturas de novos tipos. Depois de um interlúdio de um decénio que se saldou num “momento unipolar” que se foi tornando cada vez menos inteligível (pelo menos nos quadros “clássicos”) e cada vez mais turbulento, o 11 de Setembro de 2001 soletrou uma democratização da violência e a emergência do terror em larga escala. Mais uma vez são factores políticos e factores tecnológicos aquilo que enforma o palco.

Mais uma vez, também, são todavia representações a conformá-lo. Poucos conseguem hoje com facilidade e surpresa destruir muito, e a mobilização de alguns em torno de religiões, com toda a força identitária que estas por via de regra assumem, tornou uma qualquer forma de dissuasão virtualmente ineficaz. Em resultado, a iminência de actos desmesurados de violência reina suprema.

5. Num tipo de conjuntura como aquela que vivemos desde o 11 de Setembro, um agrupamento de questões que não pode deixar de ser suscitado é o relativo ao futuro dos processos em curso de globalização. A primeira coisa de que devemos tomar nota é a de que, embora tenhamos tido um longo período de ligações e conexões internacionais crescentes, não há qualquer razão para supor que esses processos continuarão indefinidamente, ou de que estarão dotados de uma hipotética dinâmica intrínseca que irá inevitavelmente prevalecer contra eventuais forças que contrariem a sua permanência.

A globalização, como vimos, tem uma história. E a última cinquentena de anos (de 1945 a 2003) não é nada de por aí além quando posta lado a lado com o intervalo que foi o caso de 1890 a 1914 (em pleno primeiro surto das transformações globais contemporâneas), em que os volumes de comércio internacional, os investimentos e fluxos de capitais e as migrações (laborais e outras), foram quantitativamente comparáveis aos de hoje quando, nesses mesmos termos, não os excederam. Que os processos de transformação e as interligações podem ser estancados, já o sabíamos desde o princípio do século passado. Que podem sofrer reversões, aprendemo-lo com os anos 20, 30 e 40 seguintes. A períodos de rápido crescimento no comércio e migrações, seguiram-se reacções proteccionistas ferozes que marcaram de maneira indelével a história do século XX.

É seguramente muito cedo ainda para podermos aventar hipóteses minimamente credíveis quando às inflexões mais recentes como aquelas a que a novíssima ordem internacional pós-bipolar tem sido sujeita. Tal como durante o primeiro surto de criação de interdependências densas e complexas, as economias nacionais (e por isso os Estados) não foram esvaziados de conteúdo: as reacções proteccionistas, pelo contrário, reforçam os papéis destes últimos como actores internacionais. Também ao nível político propriamente dito, a lógica dos processos globais de governação parece ter-se alterado. Questões como as ligadas a mudanças climáticas e ecológicas de fundo, de enorme impacto potencial nos planos político e económico, ameaçam ter vindo para ficar. Tudo isto irá decerto suscitar tensões e conflitos, reforçando em consequência o papel dos Estados; mas fá-lo-á em contextos em que a governação se vai seguramente apresentar como cada vez mais difícil de concretizar.

Por outro lado, importa realçar que, no último par de anos, aquilo a que chamamos globalização porventura mudou de ritmo. A tendência para tal pode, decerto, ser detectada na evolução da conjuntura durante o decénio que se seguiu ao fim da ordem bipolar. Ao nível supra-estadual, um tipo de postura como a que os Estados Unidos da América tem vindo a assumir, potencialmente redefine de maneira

profunda, como não poderia deixar de ser, as coordenadas conjunturais por que o Mundo se tem pautado. Até aqui (e embora em largas partes do Mundo essa não seja a perspectivação mais favorecida), no “Norte” desenvolvido e “moderno” ou pós-moderno”, os EUA têm sido encarados como “uma superpotência benigna”. Tem-se falado, por exemplo, na “hegemonia tranquila” dos norte-americanos. No resto do Mundo, a percepção nem sempre era essa.

No “Ocidente”, tem-se insistido, com algum fundamento, na “unimultipolaridade” da ordem internacional. Mesmo aqui, porém, com o Iraque e a Segunda Guerra do Golfo, sobretudo a partir de meados de 2002, a percepção mudou um pouco. De “potência benévola”, os Estados Unidos passaram, no plano da representação que dela fazem os outros pólos, a uma superpotência soberana “clássica” westphaliana. Destruíram a ilusão (uma fantasia desde há muito nutrida) de que as Democracias só se embrenham em guerras defensivas, nunca em preventivas. Hoje em dia, ao invés, os norte-americanos parecem apostados em tentar garantir a sua própria superioridade (ou paridade) militar face a todo o resto do Mundo.

No entanto, e seja qual for a perspectiva ideológica espontânea que possamos preferir, um mínimo de distanciamento analítico mostra-nos que, por detrás das aparências e até das representações enunciadas pelos participantes, a multipolaridade e multidimensionalidade complexa da ordem internacional mantém-se.

Daqui resultam consequências nada fugazes ao nível supra-estadual. Em dois momentos. Uma postura como a que os Estados Unidos crescentemente vêm assumindo desencadeia, como é inevitável, outras medidas “clássicas”. Num primeiro momento, formam-se coligações para equilibrar o poder e as pretensões percebidas num actor já não visto como inteiramente benigno. Num segundo momento, e porque a multipolaridade de várias das suas dimensões é um facto estrutural incontornável da ordem internacional estabelecida, é nos planos não-militares que a oposição-balanceamento dos outros actores globais se cristaliza. Militarmente seria impossível que tal acontecesse, tal a disparidade de forças nesse plano unipolar. Mas diplomaticamente, Estados como a França, a Alemanha, a Rússia, ou a China, manejam com atenção redobrada métodos diplomáticos para isolar o *hegemon* que sentem como ameaçador. Fizeram-no aquando da questão de um eventual ataque ao Iraque, como também no que toca às decisões relativas à sua reconstrução. A essa resistência diplomática pontual seguir-se-ão naturalmente medidas económicas mais genéricas e difusas. Esperemos que se não vá mais longe.

Muito há, no entanto, que indicia que as forças centrípetas de mais longa duração, que têm dado azo aos processos de globalização, irão continuar a conseguir sobrepor-se às reacções centrífugas policentradas que lhes têm vindo a tentar fazer frente. As novas instâncias de governação como os G7 e G8, as NAFTAS, UEs, OITs, Cimeiras como as de Davos e negociações como o *round* de Daho, continuam a popular os novos palcos transnacionais. Tais processos só com muita dificuldade são concebíveis como acidentais: os adensamentos económicos e financeiros globais iniciaram retomas que decerto pareceria surpreendente que fossem revertidas, ou sequer estancadas, de maneira permanente. Muitos são os observadores que têm vindo a asseverar que, por paradoxal que isso possa parecer, mesmo as reacções avessas aos movimentos centrípetos acabam por militar a favor das tão contestadas transformações globais que nos envolvem a todos.

A analistas futuros caberá, retrospectivamente, aventar, e encadear uma nas outras, hipóteses quanto aos motivos de fundo para a relativa eficácia dos processos de integração global no quadro da tensão entre forças centrípetas e forças centrífugas que, a nível macro como a nível micro, têm vindo a reconfigurar a ordem internacional nesta época de globalização.

Armando Marques Guedes

→ Interdependência; Ordem Internacional; Governação; Poder; Complexidade.

Bibliografia

- Barber, B. (1996), *Jihad vs. McWorld. How Globalism and Tribalism are Reshaping the World*, Ballantine Books, New York.
- Bull, H. (1977), *The Anarchical Society. A Study of Order in World Politics*: 3-53, MacMillan, London.
- Fukuyama, F. (1992), *The End of History and the Last Man*, The Free Press.
- Giddens, A. (1999), *Runaway World. How Globalization is Reshaping our Lives*, Profile Books, London.
- Held, D.; McGrew, A.; Goldblatt, D.; Perraton, D. (1999), *Global Transformations. Politics, Economy and Culture*: 32-87, Polity Press, Cambridge.
- Hirst, P.; Thompson, G. (2002), "The Future of Globalization", in *Cooperation and Conflict*, 37 (3), pp. 247-265, Copnhagen.
- Huntington, S. (1993), "The Clash of Civilizations?", *Foreign Affairs*, 72(3), pp.1-25.
- Keohane, R.; Nye Jr., J.S. (1977), *Power and Interdependence*, Longman's.
- Linklater, A. (1998), *The Transformation of Political Community. Ethical Foundations of the Post-Westphalian Era*, Polity Press, Cambridge.

- Mann, M. (1997), “Has Globalization Ended the Rise and Rise of the Nation-State?”, in T. V. Paul e J. A. Hall (ed.), *International Order and the Future of World Politics*, Cambridge University Press, Cambridge, (1999), pp.237-262.
- Marques Guedes, A. (1999), “As Religiões e o Choque Civilizacional”, in *Religiões, Segurança e Defesa*, Instituto de Altos Estudos Militares, Atena, Lisboa, pp.151-179.
- _____ (2000), “As Guerras Culturais, a Soberania e a Globalização”, *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares*, 51, Lisboa, pp.165-162.
- _____ (2002), “O Funcionamento do Estado em Época de Globalização: o Transbordo e as Cascatas do Poder”, *Nação e Defesa*, 101, 2ª série, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, pp.99-137.